

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Thaisy Correia Guerra Delgado

Mestranda em Direito da Saúde, Universidade Santa Cecília (Unisantia), Santos, São Paulo, Brasil.

RESUMO: Essa pesquisa tem por intuito refletir sobre a importância das políticas públicas no âmbito educacional, de modo a melhorar a educação no Brasil, proporcionando a construção de cidadãos com éticas e valores. Desta forma revelará que o ensino deveria ser focado na desconstrução da desigualdade social, dando acesso e condição a todos os alunos, com a intenção de adquirir o aprendizado com qualidade e eficiência, valorizando os professores e a troca de ideias e conhecimentos dentro da sala de aula. Com essa pesquisa fica claro o desafio das reformas educacionais e a importância das políticas públicas educacionais frente a sociedade, onde o Estado deve oferecer apoio aos municípios, quanto a suas dificuldades na área da educação, principalmente em se tratando do ensino infantil e fundamental que são considerados o alicerce de sustentação para que os indivíduos possam progredir e se desenvolver em quanto pessoa. Com base no levantamento bibliográfico perceberá que os processos educacionais devem cumprir um papel social, não apenas buscando a inserção no mercado de trabalho, mas que possibilite um olhar crítico aos acontecimentos do cotidiano, ou seja, busca o respeito mútuo, espaço de participação e reconhecimento da própria história.

Palavras-Chave: Políticas Públicas. Educação. Aprendizagem

ABSTRACT: This research aims to reflect on the importance of public policies in the educational field, in order to improve education in Brazil, providing the construction of citizens with ethics and values. This way, it will reveal that education should be focused on the deconstruction of social inequality, giving access and condition to all students, with the intention of acquiring learning with quality and efficiency, valuing teachers and the exchange of ideas and knowledge within the classroom. class. This research makes clear the challenge of educational reforms and the importance of educational public policies towards society, where the State must offer support to the municipalities, regarding their difficulties in the area of education, especially in the case of basic and elementary education that are considered the foundation of sustenance so that individuals can progress and develop in how much person. Based on the literature, it will be realized that educational processes must fulfill a social role, not only seeking insertion in the labor market, but also allowing a critical look at everyday events, that is, seeking mutual respect, space for participation and recognition of history itself.

Keywords: Public Policies. Education. Learning

1 - INTRODUÇÃO

Segundo Ferreira (2014) “não há como construir uma sociedade voltada para a cidadania, ética e valores familiares sem que a educação possa ser o alicerce que fecunda os pilares da dignidade”.

A relevância dessa pesquisa é contribuir de maneira positiva com a sociedade, mostrando como se dá as políticas públicas educacionais, alavancando mais conhecimentos para profissionais da área e a todos interessados no tema, de forma significativa quanto a formação integral do sujeito, a fim de prezar a qualidade da educação como peça fundamental para o crescimento da sociedade.

Sendo assim, entende-se que a qualidade da educação é um assunto extremamente complexo, pois retrata o trabalho com os docentes, sua didática, a estrutura da escola, entre outros fatores que influenciam no ensino do indivíduo.

A educação, conforme Ferreira (2014) “é um conceito muito amplo para ser tratada pelas políticas educacionais, pois é focada nas questões escolares”.

Essas políticas públicas têm por intuito encontrar soluções para os grandes desafios sociais na educação, diminuindo assim os diferentes níveis de escolaridade, bem como as diferenças sociais dentro da sala de aula. Tanto que até algum tempo atrás, de acordo com Schneider (s\d) o ensino era um privilégio de poucos, onde somente quem tinha condições econômicas, tinham acesso à escola.

2. Educação no Brasil

A educação sempre foi considerada um bem em si, pelas oportunidades que oferece de enriquecimento cultural, mas isso, por si só, não cria as condições para que a universalização do acesso à escola se transforme em prioridade das políticas governamentais. (Goldemberg, 1993 p. 21)

Conforme estabelecido na Lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB):

“Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

No Brasil, o sistema educacional, conforme Santos (2010) “reflete-se, até pouco tempo atrás, num modelo instrucional obsoleto tanto em sua estrutura

hierárquica, quanto em seu conteúdo formal, incompatível com as exigências da sociedade atual.”

Segundo revela as pesquisas quanto a história da educação, Gadotti (1995) entende que houve três períodos predominantes, onde foi do descobrimento até 1930, o qual considerava a educação como tradicional, centrada no adulto e no professor como ser supremo, essa época era pautada pela religiosidade, já o segundo período foi de 1930 a 1964, momento de muitos conflitos entre o ensino público e o privado, a educação era liberal centrada na criança e por fim o último período de 1964 a 1985 tempo em que o governo militar era dominante e predominava a escola tecnicista, a partir desse momento houveram várias transições que dura até os dias atuais, deixando claro que a educação ainda tem falhas, atrasos com relação aos outros países do mundo e por esse fato necessita e muito das políticas públicas, a fim de corrigir essas lacunas e melhorar a aprendizagem em todo o país..

O grande pilar da educação é a habilidade emocional, pois tem como foco o trabalho com as emoções e para isso requer paciência, pois numa sala de aula os indivíduos terão condições para lidar com seus sentimentos o que contribuirá para um mundo menos agressivo.

A educação tem como proposta, a promoção do desenvolvimento do caráter, da liberdade, autonomia e cidadania, onde o ensino é considerado uma ação que envolve a organização e o educador, que tem como papel de preparar, dirigir, acompanhar e avaliar o processo de ensino. (Martins, s/d)

Por meio da Constituição de 1988 “a educação foi considerada um direito de todos, dever do Estado e da família, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”. (Gadotti, 1995)

Assim Nascimento (2011) retrata que a educação está focada cada vez mais nos seres humanos, voltada para suas necessidades e características de um ser dotado de espírito, corpo, emoção e razão, onde a escola é um espaço amplo, que se encontram as diferenças, valores, experiências, culturas, crenças

e relações sociais que se misturam e fazem da escola uma estimulante estrutura de aquisição do conhecimento.

A educação tem mudado significativamente com o decorrer dos anos, de acordo com o progresso econômico, mas ainda falta muito para atender plenamente a toda a demanda da sociedade com qualidade. (Schwartzman, 2005)

3. Políticas Públicas Educacionais

Política Pública de acordo com a terminologia refere-se ao trabalho do Estado junto a população sobre as decisões, no caso da pesquisa, a educação, ou seja, é o desenvolvimento de tudo aquilo que deve ser feito para melhorar a educação. (Ferreira, 2014)

A expressão Política Pública significa, de acordo com a origem da palavra, política vem do grego *politikó* que é a participação nas decisões sobre o rumo da cidade, já a palavra público tem origem latina *publica* que é o povo, ou seja, a participação do povo nas decisões da cidade. (Oliveira, 2010)

De acordo com Goldemberg (1993) “a atual política educacional tem o intuito de melhorar a qualidade do professor para conseqüentemente melhorar a qualidade do ensino, diminuir a evasão e conseguir que a maioria das crianças brasileiras complete o ensino fundamental.”

Há 3 tipos de políticas públicas, as redistributivas, as distributivas e as regulatórias, onde as redistributivas consiste na redistribuição de renda na forma de recursos e financiamento de equipamento e serviços públicos, já as distributivas implicam nas ações cotidianas que todo e qualquer governo precisa fazer, diz respeito à oferta de equipamento e serviço público, de acordo com a demanda social e por fim as regulatórias consiste na elaboração de leis que autorizaram os governadores a fazerem ou não, determinadas políticas públicas redistributiva e distributiva. (Oliveira, 2010 p 32)

Desta forma, entende-se que as políticas públicas é um conjunto de projetos que envolvem o Estado e a sociedade, com o intuito de conquistar uma educação mais inclusiva e com mais qualidade, resgatando a cidadania. (Ferreira, 2014)

3.1 Histórico

Durante o Brasil colonial, segundo Santos (2012) a educação não era incentivada, pois nessa época era desnecessário o ensino para qualificação de

mão de obra para os trabalhos exercidos na Colônia, assim a organização social e política era focada na família patriarcal e na mão de obra escrava, já com a independência política tornou-se essencial o fortalecimento dessa área surgindo as políticas públicas, formada por políticos, técnicos e apoio administrativo, alavancando a educação no país, com a criação de novas escolas em todo o território nacional

No Brasil o conceito de educação pública começou a vingar no período republicano, em 1890 onde os alunos eram organizados pela idade em grupos de escolas, já em 1924 no Rio de Janeiro foi fundada a Associação Brasileira de Educação e somente em 1930 com a revolução que a educação passou a ser prioridade na sociedade, assim foi nomeado o primeiro ministro da educação e cultura, depois foi criado os centros de pesquisa que é o INEP (instituto nacional de estudos e pesquisa), responsável pela implantação de sistemas de avaliação do ensino e pelas estatísticas da educação no Brasil. (Schwartzman, 2005)

No período de 1930 a 1945 a educação tinha como proposta mudar a mentalidade e alma das pessoas, a fim de haver melhoria social, já em 1950 com o crescimento econômico, a educação foi deixada em segundo plano, passando a ser prioridade as condições sociais e a política.

Continuando com relatos da história de acordo com Schwartzman (2005), em 1960 e 70 de acordo com as reformas educacionais, foi definido o ensino em fundamental, médio e superior.

Nessa época em 1964 havia a intervenção militar que centralizava as Políticas Educacionais voltada para a produtividade e o capital humano, a partir de reformas que adequassem o ensino brasileiro às exigências internacionais, já em 1971 foi criada algumas leis que estimulavam o ensino profissionalizante, visando à preparação do indivíduo para o mercado de trabalho. (Santos, 2012)

Em 1988 após anos da ditadura iniciou a nova constituição que institui a educação como obrigatória por direito a cada indivíduo e que todo o ensino deve ser fornecido gratuitamente, assim em 1996 foi aprovada a nova lei da educação que dava a liberdade e flexibilidade para as instituições definirem seus conteúdos programáticos.

Apesar disso, o Brasil por falta de recursos e motivação, não progrediu com relação ao sistema educacional. (Schwartzman, 2005)

Desta forma, fica claro que “ao longo da história as políticas públicas educacionais estavam relacionadas ao contexto social, político e econômico de cada época, procurando adequar o sistema de ensino à estrutura social vigente ou suas emergências”. (Santos, 2012)

3.2 Reformas educacionais

As reformas educacionais tem com proposta mudar a concepção e organização do trabalho escolar, o objetivo é ampliar os recursos e redefinir regras institucionais e os mecanismos de gestão, porém esse processo de reforma é realizado sob legislação e normas educacionais, acompanhados pela criação e reformulação de órgãos, disponibilizando assim os recursos e a melhoria no sistema de informação, necessários para a construção de indicadores educacionais capazes de aferir os resultados conquistados. (Souza, s\d, p 11)

De acordo com Bomeny (2001), segue abaixo um breve relato histórico das reformas que ocorreram entre 1890 a 1930, de modo a entender como o sistema educacional se configurou e ainda tem se formatado até os dias de hoje:

Reforma de Benjamin Constant (1980) centrada na atenção do ensino científico, ao invés do literário, outra questão levantada nessa reforma foi a prioridade no Ginásio Nacional que era a porta de entrada para o Ensino Superior, além disso iniciou o modelo de seriado no processo educacional.

Reforma Epiácio Pessoa (1901) onde a educação nacional deveria priorizar a formação secundária, visando a consolidar a estrutura seriada do modelo educacional e ampliar as avaliações para todos os níveis de modo a dar certificados e elevar a qualidade de ensino.

Reforma Rivadávia Correa (1911) revogou formalmente a reforma anterior, eliminando as avaliações e deixando o ensino completamente livre, abolindo os certificados. Essa reforma ficou marcada como desregulamentadora, promovendo o caos na educação nacional com a omissão total do Estado.

Reforma Carlos Maximiliano (1915) voltou atrás de algumas decisões da reforma anterior, restaurando os certificados de conclusão, desenvolveu exames

preparatórios e o exame vestibular para ingressar no ensino superior, reoficializando assim o ensino e o restabelecimento da interferência do Estado.

Reforma Sampaio Dória de São Paulo (1920) foi considerado como o desastre pedagógico, pois consistia na reorganização do ensino primário de forma que a obrigatoriedade escolar não começasse mais aos 7 anos e sim aos 9 anos, seu intuito era alfabetizar em massa as crianças, em um curso reduzido para 2 anos, de modo a aumentar o número de vagas e acelerar o processo de alfabetização e escolarização pública.

Reforma Carneiro Leão no Rio de Janeiro (1922) que centralizou a educação focando nos trabalhos manuais, na formação de professor na educação física, dando ênfase na educação moral e cívica e no ensino profissionalizante com embasamentos científicos.

Reforma Lourenço Filho no Ceará (1922) seu intuito era levar a educação para o meio rural, proporcionando formações melhores de professores, aplicação de métodos de avaliação de testes de inteligência e que todos tivessem oportunidades iguais, priorizando o aprimoramento técnico, o que mais marcou nessa reforma foi aplicação de testes psicológicos com o intuito de melhorar a aprendizagem.

Reforma Rocha Vaz (1925) aboliu os exames preparatórios, obrigando o indivíduo a cursar o ginásio de 6 anos com frequência obrigatória, com o objetivo de promover uma seriação mais racional das matérias e organizar o ensino com programas e horários mais convenientes.

Reforma Góis Calmon na Bahia (1925) tinha o objetivo de trabalhar centrado na educação física, intelectual e moral de modo a formar homens aptos para a vida em sociedade.

Reforma Francisco Campos e Mário Casassanta em Minas Gerais (1927) focado no ensino público e na qualificação dos professores, além da reestruturação do curso normal, com essa reforma surgiram cursos de aperfeiçoamento e o estabelecimento de disciplinas específicas.

Reforma do Distrito Federal (1928) foi considerada uma das mais radicais, com o intuito de preparar as gerações para a vida social, criando conselhos escolares e focando no ensino técnico profissionalizante.

Reforma Carneiro Leão em Pernambuco (1928) criou a Diretoria Técnico de Educação com o objetivo de dirigir e orientar as políticas educacionais do Estado.

Em 1930 com a revolução houve uma nova configuração na política pública educacional, com o desenvolvimento do Ministério da Educação, e após esse momento houveram novas reformas sempre com a intenção de preservar a qualidade do ensino até os dias de hoje.

O principal alicerce de embasamento das reformas é o sistema educacional, priorizando a rede pública, garantindo a unidade do sistema e o mesmo padrão de qualidade em todo o Brasil. (Gadotti, 1995)

De acordo com Souza (s/d) as reformas educacionais tem como objetivo de suprir as necessidades das escolas com recursos adequados para o funcionamento e a qualidade do ensino promovendo o desenvolvimento da escrita, da leitura e aritmética, além de focar na qualificação profissional e na aquisição da aprendizagem.

Entretanto sabe-se que ao longo do tempo até agora há grandes polêmicas em volta dos professores, onde percebe-se que muitos deles não fazem o bom uso de seu tempo em sala de aula, muitas vezes, por limitação metodológica, além disso outra questão considerada como desafio na educação, são os pais que não participam como deveriam desse processo de decisões da escola.

4. A importância das Políticas Públicas

De acordo com as investigações na literatura, entende-se a importância das políticas públicas, os quais representam uma ação do Estado perante a sociedade, no caso da pesquisa em questão, focada na educação, onde essas

políticas tem um caráter social, que contribuem no sentido de administrar conflitos que garantam os interesses do capital humano. (Santos, 2012)

Conforme Schwartzman (2005) há muitos problemas no ensino básico que devem ser analisados e levados em conta pelas políticas públicas educacionais, essas questões visam a qualidade da educação, a recuperação de adolescentes e adultos jovens que por algum motivo deixaram a escola ou estão atrasados no ensino.

Para que algumas situações tenham novas configurações, o currículo escolar por exemplo, deve ser reformulado com o objetivo de proporcionar um melhor atendimento as necessidades dos alunos. Desta forma, a LDB (Leis e Diretrizes e Bases) tem a intenção de preservar o direito da sociedade em fazer uso dos benefícios da escola a todos, com respeito as diferenças e limitações e que trate o indivíduo como agente de sua própria aprendizagem. (Souza, 2013)

Além disso, voltando a importância das políticas públicas, Ferreira (2014) retrata que o papel delas é de “enfrentar de frente os problemas existentes no cotidiano das escolas que reduzem a possibilidade de manter a qualidade na educação, como por exemplo focar nos problemas relacionados a fome, as drogas e violência que vem se instalando nas escolas de todo o país.”

Corroborando com essa idéia, Ferreira (2014) revela também que ao se tratar de qualidade na educação, deve-se levar em conta também “a estrutura física do local de ensino, a organização escolar, além do aporte metodológico e didático que possibilite aos docentes oferecer um processo de ensino e aprendizagem com qualidade e eficiência.”

As políticas públicas educacionais devem centralizar seus esforços para a melhoria dessa qualidade no ensino, proporcionando meios adequados para que as instituições possam exercer seu papel com autonomia pedagógica, administrando da melhor forma possível com uma gestão escolar forte e segura, contando com o apoio do Estado, transmitindo assim maior segurança a sociedade. (Schneider, s\ d)

Sabe-se que há grandes desafios a serem superados na educação no Brasil, que de certa forma limitam o trabalho das escolas, por exemplo com

relação a atuação dos professores, que muitas vezes são prejudicadas pela falta de equipamentos e condições de ensino, além da deficiência na própria formação, entre outros. Desta forma, se faz necessária e mostra-se importante a participação ativa das Políticas Públicas Educacionais.

Conclusão

A educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem, em função de seus interesses, bem como um processo de formação do homem no tempo, ou seja, um fator histórico, pois representa a própria história individual de cada ser humano e que configura o homem em toda a sua realidade, além de ser um fenômeno cultural e social, a educação transmite entre o conhecimento, experiências, crenças e valores. (Gadotti, 1995 p 07)

Ao se pensar em novas reformas educacionais, deve se levar em conta a bagagem educacional que o tempo deixou, ou seja, os governantes devem aproveitar as ideias e projetos que deram ou estão dando certo, com o intuito de melhorar cada vez mais essas propostas, mesmo se forem de adversários políticos, pois o que fica claro de acordo com a história é que se julga uma obra ou um trabalho não pelo seu mérito ou pelo benefício, mas pelo seu autor. (Ribeiro, 1993)

Conforme Santos (2010) entende-se que “a educação de qualidade é um desafio persistente visto que o Sistema Educacional Brasileiro nem sempre é capaz de desenvolver habilidades cognitivas de importância essencial para a vida cotidiana e evidencia debilidades no fomento à formação de valores que capacitem os cidadãos a uma participação ativa na sociedade e também na promoção do desenvolvimento humano sustentável.

Desta forma, a educação é vista como um processo de humanização, que se dá ao longo da vida em sociedade, onde as práticas educativas contribuem para a construção da identidade do sujeito, cabendo ao profissional da educação preocupar-se com sua interação, refletindo sobre as mesmas, tendo claro que suas práticas são decisivas para o processo de socialização e constituição da cidadania. (Martins, s/d)

6. Referências bibliográficas

BOMENY, H. **Coleção Descobrimdo o Brasil: os intelectuais da educação.** São Paulo: Jorge Zahar. 2001

FERREIRA, C. S. e col. Políticas Públicas Educacionais: apontamentos sobre o direito social da qualidade na educação. **In Revista Labor.** Nº 11. Vol. 01. 2014

GADOTTI, M. Educação Brasileira Contemporânea: desafios do ensino básico. **In Centro de Referência Paulo Freire.** 1995

GOLDEMBERG, J. O repensar da educação no Brasil. **In Estudos avançados.** Vol 07. Nº 18. São Paulo. 1993

MARTINS, E. B. e col. **A educação como aporte de socialização e constituição da cidadania: compreendendo as relações de poder como subsídio teórico na configuração dos processos educativos.** s/d

NASCIMENTO, L. R. e PRATTI, R. C. B. Pedagogia da afetividade no processo de ensino-aprendizagem. **In Monografia do curso de Pedagogia.** Serra. 2011

OLIVEIRA, A. F. Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. **In Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologia e política.** Goiás: Editora PUC. 2010

RIBEIRO, P. R. M. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **In Paidéia.** Nº 04. Ribeirão Preto. 1993

SANTOS, A. C. C. **Reformas Educacionais no Brasil.** 2010

SANTOS, M. A abordagem das políticas públicas educacionais para além da relação estado e sociedade. **In IX Seminário de Pesquisa em educação da região sul.** 2012

SCHNEIDER, M. J. e col. A importância das políticas públicas educacionais na região do Pampa. **In anais do VII Salão do Instituto de Ensino, Pesquisa e Extensão.** Universidade Federal do Pampa. s\d

SCHWARTZMAN, S. e col. **Os desafios da educação no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2005

SOUZA, A. M. e col. **As três gerações de reformas educacionais e os desafios do ensino básico.** Rio de Janeiro. s/d

SOUZA, P. R. A importância das políticas públicas no âmbito de uma escola pública municipal, partindo de uma gestão democrática. **In XIII Jornada de ensino, pesquisa e extensão.** Recife. 2013